

Simulado 5 de Regimento Interno TRT 3 - 11/07/2015
Títulos IV e V

1. São órgãos do Tribunal que poderão constituir comissões temporárias que serão extintas quando o objetivo for cumprido:

- a) o Tribunal Pleno e o Órgão Especial somente
- b) o Tribunal Pleno, o Órgão Especial e a Presidência somente
- c) o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Presidência e a Corregedoria somente
- d) o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Presidência, a Corregedoria e as Turmas somente
- e) o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Presidência, a Corregedoria e as Turmas e os Desembargadores do Trabalho

2. São comissões permanentes, exceto:

- a) a Comissão de Jurisprudência
- b) a Comissão de Planejamento Estratégico
- c) a Comissão de Informática
- d) a Comissão de Ética
- e) a Comissão de Regimento Interno

3. Marque a alternativa correta:

- a) Na primeira sessão subsequente à posse, o Presidente do Tribunal sugerirá, para deliberação do Tribunal Especial, a composição das diversas comissões, integradas por cinco Desembargadores.
- b) Na primeira sessão subsequente à posse, o Presidente do Tribunal sugerirá, para deliberação do Tribunal Pleno, a composição das diversas comissões, integradas por quatro Desembargadores.
- c) As propostas da Comissão de Planejamento Estratégico serão submetidas à aprovação do Tribunal Especial.
- d) A Comissão de Planejamento Estratégico será composta pelo Presidente do Tribunal, que a presidirá, pelo Corregedor, pelo Decano, por um ex-Presidente e por um Juiz eleito.
- e) A Comissão de Planejamento Estratégico será composta pelo Presidente do Tribunal, que a presidirá, Corregedor, pelo Decano eleito, e por um ex-Presidente.

4. Considere as afirmações abaixo.

- I. Não existindo, em exercício, um desembargador ex-Presidente do Tribunal, comporá a Comissão um desembargador escolhido pelo Presidente.
- II. Coincidindo a pessoa do Decano e do ex-Presidente, designar-se-á o mais antigo subsequente.
- III. Havendo mais de um ex-Presidente em exercício, integrará a Comissão de Planejamento Estratégico o que for eleito pelo Tribunal.

Está correto o que se afirma na alternativas:

- a) I, somente
 - b) II, somente
 - c) II e III, somente
 - d) I, II, III
 - e) I e II, somente
-

5. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 3ª Região, à Comissão de Regimento Interno incumbe, exceto:

- a) Emitir parecer sobre matéria regimental, em quinze dias.
- b) Estudar as sugestões e as proposições sobre a reforma regimental, propondo a redação, se necessário, em quinze dias.
- c) Estudar as sugestões e as proposições sobre a alteração regimental, propondo a redação, se necessário, em quinze dias.
- d) Promover a integração estratégica do Tribunal com as demais áreas do Poder Público.
- e) Sugerir ao Tribunal Pleno qualquer alteração no Regimento.

6. Acerca da atuação da Comissão de Regimento Interno prevista no Regimento Interno do TRT da 3ª Região, é correto afirmar:

- a) Dos pareceres que indeferirem as propostas de alteração do Regimento, apresentadas por Desembargador, serão cientificados seus autores, que poderão submetê-las à deliberação do Órgão Especial, se subscritas, pelo menos, por um terço dos seus membros efetivos.
- b) As alterações propostas pela Comissão serão submetidas ao Órgão Especial na primeira sessão que se seguir.
- c) Em caso de urgência, a critério do Tribunal Pleno, a proposta poderá ser objeto de deliberação na própria sessão em que for apresentada.
- d) Só terão força de reforma regimental as propostas que obtiverem a aprovação de pelo menos dois terços dos Desembargadores.
- e) Quaisquer propostas de alteração do Regimento Interno terão força de reforma regimental, independente do seu quórum de aprovação.

7. Compete à Comissão de Jurisprudência do TRT da 3ª Região:

- a) Receber dos Desembargadores informe sobre a instauração do incidente de uniformização, bem como o resultado do julgamento, para dar seguimento ao procedimento do Tribunal
- b) Determinar o teor dos verbetes para a hipótese de, na sessão de julgamento, a matéria ser sumulada.
- c) Ordenar e sistematizar o serviço de jurisprudência do Tribunal, após a fixação de diretrizes para a seleção e para o registro dos acórdãos pelo Pleno.
- d) Emitir pronunciamento sobre pedido de inscrição como repositório autorizado
- e) Considera-se predominante a jurisprudência que resultar de decisões, no mesmo sentido, proferidas pelo Tribunal Pleno, Órgão Especial, pelas Seções Especializadas e por, no mínimo, seis turmas

8. Acerca do Regimento Interno da 3ª Região, é correto que:

- a) Desde que entenda conveniente, a Comissão poderá propor ao Tribunal Pleno a transformação da orientação jurisprudencial em súmula vinculante
 - b) A Comissão de Jurisprudência prestará assessoria à Diretoria da Secretaria de Documentação, Legislação e Jurisprudência
 - c) A Comissão de Jurisprudência tem por função editar verbetes de orientação jurisprudencial, indicando a jurisprudência predominante do Tribunal;
 - d) Também é sua função reunir-se, ordinariamente, para deliberar sobre as propostas de redação, revisão ou revogação de súmulas da jurisprudência, e também de forma extraordinária, a partir de requisição do Pleno
 - e) Divulgar a jurisprudência do Pleno é uma das funções da Comissão de Jurisprudência.
-

9. Compete à Comissão de Informática do Tribunal Regional de Trabalho da 3ª Região:

- a) Regular o uso de recursos de informática; promover intercâmbio e parceria com outras instituições; opinar sobre a aquisição de programas e equipamentos, definindo-lhes destinação; e planejar e definir a política de informática.
- b) Planejar e definir a política da utilização das redes sociais no âmbito do Tribunal; opinar sobre a aquisição de programas e equipamentos, definindo-lhes destinação; utilizar dos recursos de informática; e promover intercâmbio e parceria com outras instituições.
- c) Promover o intercâmbio e parceria com as Varas do Trabalho desta Região; regular o uso de recursos de informática; opinar sobre a aquisição de programas e equipamentos, definindo-lhes destinação; e planejar e definir a política de informática.
- d) Planejar e definir a política da utilização das redes sociais no âmbito do Tribunal; promover intercâmbio e parceria com outras instituições; regular o uso de recursos financeiros para a rede de informática; e opinar sobre a aquisição de programas e equipamentos, definindo-lhes destinação.
- e) Regular o uso de recursos financeiros para a rede de informática; opinar sobre a aquisição de programas e equipamentos, definindo-lhes destinação; promover o intercâmbio com as Varas do Trabalho desta Região; e planejar e definir a política de informática.

10. No Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região será instituída a Comissão de Planejamento Estratégico, à qual incumbirá promover a integração estratégica do Tribunal com as demais áreas do Poder Público, além de igualmente promover:

- a) O planejamento, desenvolvimento e a atualização da gestão orçamentária deste Tribunal, mediante proposição ao Tribunal Pleno de políticas e de diretrizes estratégicas, oriundas da análise dos cenários internos e externos, para todas as suas unidades; o acompanhamento e o controle da execução das políticas e das diretrizes estratégicas aprovadas.
 - b) O planejamento, desenvolvimento e a atualização da gestão administrativa deste Tribunal, mediante proposição ao Órgão Especial de políticas e de diretrizes estratégicas, oriundas da análise dos cenários internos e externos, para todas as suas unidades.
 - c) O planejamento, desenvolvimento e a atualização da gestão orçamentária deste Tribunal, mediante proposição ao Órgão Especial de políticas e de diretrizes estratégicas, oriundas da análise dos cenários internos e externos, para todas as suas unidades; o acompanhamento e o controle da execução das políticas e das diretrizes estratégicas aprovadas.
 - d) O planejamento, desenvolvimento e a atualização da gestão administrativa e orçamentária deste Tribunal, mediante proposição ao Tribunal Pleno de políticas e de diretrizes estratégicas, oriundas da análise dos cenários internos, para todas as suas unidades.
 - e) O planejamento, desenvolvimento e a atualização da gestão administrativa deste Tribunal, mediante proposição ao Tribunal Pleno de políticas e de diretrizes estratégicas, oriundas da análise dos cenários internos e externos, para todas as suas unidades.
-

11. Considere as afirmativas a seguir sobre a Comissão de Planejamento Estratégico.

- I. Apresentará ao Tribunal Pleno o planejamento para o exercícios seguintes sempre na sessão do mês de junho.
- II. Propostas de alteração em projetos e ações deverão ser apresentadas pela Comissão ao Tribunal Pleno de forma detalhada, a fim de proceder à adequação do planejamento.
- III. As sugestões de alteração no plano plurianual serão apresentadas no mês de março.
- IV. As propostas aprovadas vincularão as Administrações do Tribunal.

Estão corretas as alternativas:

- a) I, II e III
- b) I e IV, somente
- c) II e IV, somente
- d) II, III e IV, somente
- e) I e III, somente

12. A Comissão de Planejamento Estratégico será assessorada:

- a) pelo Tribunal Pleno
- b) pelo Órgão Especial
- c) pela Escola Judicial
- d) pelos Juízes do Trabalho
- e) pelo Diretor-Geral

13. Assinale a alternativa correta, tendo como base o regimento Interno do TRT 3:

- a) O processo disciplinar contra Servidor não obedecerá aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) O processo disciplinar contra Servidor obedecerá aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- c) O processo disciplinar contra Servidor não obedecerá aos princípios do contraditório, mas será assegurada a ampla defesa.
- d) O processo disciplinar contra Servidor obedecerá ao princípio do contraditório, porém haverá restrição ao princípio da ampla defesa.
- e) O processo disciplinar contra Servidor não obedecerá aos princípios do contraditório e da ampla defesa, já que trata-se de processo administrativo e não judicial.

14. Com base no Regimento Interno do TRT3, marque a alternativa correta:

- a) A autoridade que tiver ciência de irregularidade praticada pelo Servidor público que lhe seja subordinado, está obrigada a determinar a sua imediata apuração, por sindicância ou por processo.
 - b) A autoridade designará, em três dias, o início da Sindicância ou Processo.
 - c) O Diretor- Geral, em seis dias, Designará uma comissão para iniciar o processo disciplinar.
 - d) O Presidente do Tribunal, em três dias, deverá designar uma comissão de Servidores para apurar infração cometida por servidor do quadro de carreira.
 - e) O Presidente do Tribunal, em seis dias, deverá designar uma comissão de Servidores para apurar infração cometida por servidor do quadro de carreira.
-

15. TRT 3a Região (MG) – 2015 (Analista e Técnico – simulado). O processo disciplinar contra Servidor obedecerá aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Para a aplicação das penalidades previstas em lei, são competentes:

- I. O Órgão Especial, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;
- II. O Presidente do Tribunal, nos casos de suspensão de trinta e um até noventa dias, inclusive;
- III. Os Juízes, quanto aos Servidores lotados nas respectivas Varas do Trabalho, excetuados os casos de competência do Órgão Especial e o Presidente do Tribunal;
- IV. O Diretor-Geral do Tribunal, nos casos não alcançados pelo Órgão Especial, Presidente no Tribunal e Juízes;

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III
- b) I, II, III e IV
- c) III e IV
- d) IV
- e) I, II e III

16. TRT 3a Região (MG) – 2015 (Analista e Técnico – simulado). O processo disciplinar contra Servidor obedecerá aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O Servidor, sendo punido, poderá pedir reconsideração ou recorrer à autoridade imediatamente superior, em trinta dias, e o recurso será apreciado:

- I - pelo Tribunal Pleno, se o Órgão Especial aplicar a punição;
- II - pelo Presidente do Tribunal, se os Juízes ou o Diretor-Geral do Tribunal aplicarem a punição;
- III - pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.

Está incorreto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) III

17. Assinale a alternativa abaixo que indica a percentagem mínima das funções comissionadas e dos cargos em comissão para serem exercidos por Servidores que integram as carreiras judiciárias, observados os requisitos de qualificação e experiência, que o Tribunal destinará

- a) 50%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 80%
- e) 90%

18. Terão prioridade no recebimento das funções comissionadas de maior valor, disponíveis em cada local de trabalho:

- a) Os Servidores que integrem as carreiras judiciárias e administrativas
 - b) Os Servidores que integrem as carreiras administrativas, somente
 - c) Os Servidores que integrem as carreiras judiciárias, somente
 - d) Os Servidores que integrem as carreiras judiciárias, administrativas e de informática
 - e) Os Servidores que integrem as carreiras administrativas e de informática
-